

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.650.122 - SP (2020/0011406-5)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : DIN TRANSPORTES LTDA**  
**ADVOGADO : ISAMARA DOS SANTOS VIEIRA - SP098078**  
**AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interno (fls. 595/601) interposto contra decisão do Tribunal *a quo* que inadmitiu o processamento de recurso especial, com fundamento no art. 1.030, inciso V, do CPC.

Constata-se que o presente recurso foi dirigido ao próprio órgão prolator da decisão impugnada, a quem compete sua análise, nos termos do art. 1.021, § 2.º, do mesmo diploma.

Porém, o tribunal de origem recebeu o agravo interno como agravo em recurso especial (art. 1.042, do CPC) enviando-o a esta Corte para análise (fl. 608).

Ocorre que, conforme entendimento deste Superior Tribunal de Justiça, a interposição equivocada de recurso quando há expressa disposição legal e ausente dúvida objetiva, constitui manifesto erro grosseiro.

Desta forma, inaplicável o princípio da fungibilidade, que "*pressupõe dúvida objetiva a respeito do recurso a ser interposto, inexistência de erro grosseiro e observância do prazo do recurso correto, o que não ocorre na espécie*" (AgRg nos EREsp 1.357.016/RS, 1ª Seção, Rel. Min. Ari Pargendler, DJe de 2/8/2013).

Portanto, equivocada a decisão do tribunal *a quo* que recebeu o presente agravo interno como agravo em recurso especial.

Ante o exposto, diante de manifesto erro grosseiro, **não recebo o presente agravo interno como agravo em recurso especial, e determino a baixa destes autos ao Tribunal de origem, para as providências que entender cabíveis.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

**MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**  
Presidente